

Práxis, memória e cognição no jornalismo

Praxis, memory and cognition in journalism

■ JOSÉ MARQUES DE MELO *

RESUMO

Protagonizando acontecimento relevante para o campo da midiologia, Fernandes Pinheiro publicou, em 1859, estudo sobre a mítica introdução da imprensa no Brasil pelos holandeses. Considerado marco histórico para o conhecimento jornalístico brasileiro, o episódio é resgatado no presente artigo, que focaliza a conjuntura em que o trabalho foi divulgado, discutindo o papel ocupado pelos personagens principais, além de caracterizar sua autoria, a tese, os argumentos e o impacto na sociedade.

Palavras-chave: Ciências da Comunicação, midiologia, jornalismo, pesquisa, história, Brasil

ABSTRACT

The aim of this article is to rescue the seminal event of the Brazilian Journalism Research. By reviewing authorship, thesis and arguments of the study written by Fernandes Pinheiro (1859) it also explains the role played by the main research agents. Another focus is the social impact caused by the historical recognition of Dutch colonizers as early introducers of print press in Brazil.

Keywords: communication sciences, media scholarship, journalism, research, history, Brazil

* Professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Diretor da Cátedra Unesco de Comunicação na Universidade Metodista de São Paulo.

*Às vezes uma pessoa,
um simples fato, um acontecimento
encarnam em si mesmo um período.*

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

REFERENTES CRONOLÓGICOS

KUNCZIK (1997) RECONHECE cronologicamente o século XX como marco da autonomia acadêmica do Jornalismo no campo midiológico. Superando preconceitos ideológicos, resistindo a idiosincrasias geopolíticas e enfrentando hegemonismos epistemológicos, o autor recorre ao argumento de autoridade para sugerir Max Weber (1924) e Walter Lippmann (1922) como avalistas desse consenso internacional.

O divisor de águas é a profissionalização, ou seja, o momento em que o exercício da atividade informativa ou noticiosa deixa de ser amadorística, legitimando-se como ofício eticamente regulado pela corporação profissional e tecnicamente rotinizado pela indústria cultural.

Tais fatores nutrem demandas cognitivas que acionam as universidades, pois as incursões de natureza elucidativa que se processavam em outros espaços intelectuais e em outras disciplinas científicas mostravam-se insuficientes para corresponder às suas especificidades.

Até então, o saber acumulado sobre os fenômenos jornalísticos era fruto da observação episódica e assistemática ou da reflexão imediata e não raro passional, bem como das narrativas de casos emblemáticos ou de relatos personalizados.

Trata-se evidentemente de uma «sabedoria» útil, mas não «cumulativa», justificando a emergência de “novos tipos de conhecimento” (Burke, 2003: 20).

Desta maneira, o resgate da práxis jornalística deixa de pertencer exclusivamente ao espaço residual e informal da «memória», adentrando o território da «cognição» sistemática, rigorosa e controlada.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O Brasil não constitui exceção no panorama mundial da pesquisa midiológica (Marques de Melo, 2003c). Mesmo catalisando a atenção dos pensadores brasileiros desde o século XIX, o Jornalismo somente se torna um campo do conhecimento no século XX (Marques de Melo, 2006: 15-36; Pena, 2008: 226; Machado da Silva, 2008: 91).

Contudo, permanece indefinido o momento em que o interesse dos analistas pelo fenômeno deixa de ser informal, especulativo e isolado, gerando

dados, construindo memória ou nutrindo correntes de pensamento. Também continua imprecisa a ocasião em que o seu estudo configura uma atividade coletiva, objetiva, generalizante e não valorativa (Duverger, 1962: 36), produzindo conhecimento sobre a práxis.

No processo de institucionalização, o jornalismo é inicialmente um problema que suscita observação ou controvérsia, converte-se em objeto de reflexão e debate, passando a ser reconhecido como disciplina acadêmica para formar agentes produtivos, até que se estrutura uma comunidade científica dedicada à sua cognição. Desta maneira, tem como meta permanente estimular a crítica das rotinas vigentes no sistema produtivo, influenciando na atualização, dinamização ou reinvenção da práxis.

O desafio de preencher essa lacuna historiográfica torna oportuno o resgate de um acontecimento (Burke, 1997: 328) cujo sesquicentenário comemora-se em 2009, buscando entendê-lo como “marco histórico” (Duverger, 1962: 43) da teoria e pesquisa do Jornalismo no Brasil (Marques de Melo, 2006). Naturalmente a compreensão adequada dessa efeméride pressupõe o reexame do seu itinerário. Mas, antes disso, é prudente situar esse processo de conhecimento no tempo e no espaço (pesquisa) para melhor definir quando se configura o próprio campo (jornalismo).

BALIZAS COGNITIVAS

Os autores divergem sobre a gênese do nosso jornalismo. Há os que privilegiam o “funcionamento da imprensa” como marco referencial (Bahia, 1964; Sodré, 1966; Barbosa, 2008). Aqueles que fixam a “liberdade de imprensa” como elemento decisivo (Viana, 1945; Rizzini, 1946 e 1957; Morel & Barros, 2003). Mas existem ainda os que preferem considerar a “circulação das notícias” como fato desencadeador do fenômeno social (Beltrão, 1960; Ipanema, 1967; Hohlfeldt & Strelow, 2008).

Morel & Barros (2003), depois de revisar criticamente a literatura sobre o “surgimento da imprensa no Brasil do século XIX”, concluem que a sociedade brasileira ingressou na idade do jornalismo desde a circulação dos jornais europeus, aqui aportados em navios, com a devida permissão das autoridades. Para leitura e reflexão da nossa elite culta “... havia jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII” (Morel & Barros, 2003: 17).

Contudo, a práxis jornalística brasileira só passa a existir quando a “opinião pública” se instaurou em nossa sociedade, ou seja, no momento em que o “espaço público” aqui germina, floresce e frutifica. Propiciando a formação de uma “opinião pública” independente do governo. “... a imprensa periódica,

embora disseminasse informações, opiniões e ideias, não praticava o debate e a divergência política, publicamente, no contexto do Absolutismo (ainda que ilustrado) português” (Morel & Barros, 2003: 17).

Por isso mesmo, os citados autores enfatizam que a “primeira geração de jornalistas brasileiros” (Ibid.: 16) corresponde à “figura de homem público, até então inexistente na América portuguesa” (Ibid.: 15), mas ainda não constituindo uma “categoria profissional” (Ibid.: 49).

Essa categoria só se estruturaria na passagem do século, justamente quando a imprensa deixa de ser artesanal para adquirir fisionomia industrial (Sodré, 1966: 175). No entanto, a práxis jornalística adquire densidade já na metade do século XIX (Barbosa, 2000: 63), quando vigora o regime da liberdade de imprensa e esta, por sua vez, interfere na formação das correntes de opinião pública.

É precisamente nessa ocasião que emerge o interesse da intelectualidade pelo conhecimento da trajetória do jornalismo na sociedade nacional, configurando o nascimento da pesquisa. Inicialmente realizada com viés diacrônico, seus primeiros agentes são jornalistas-historiadores, que transitam regularmente entre os institutos históricos (onde se legitimam academicamente) e as redações dos jornais (onde conquistam o reconhecimento público).

Caracterizado pela autonomia do objeto, tal contexto configura um tipo de pesquisa pontual, focalizando sincronicamente o veículo de difusão, sem analisar o processo nele embutido.

PERIODIZAÇÃO EM PROCESSO

Deixando de lado as observações e reflexões sobre o Jornalismo feitas, no calor da hora, pelos nossos jornalistas paradigmáticos, como Hipólito da Costa, Evaristo da Veiga ou Frei Caneca, a mais antiga incursão de que se tem notícia, nessa área, foi empreendida por Francisco Souza Martins¹ (1846), que publica o curioso artigo *Progressos do Jornalismo no Brasil*. Acolhido pela prestigiada Revista do IHGB (Vol. 8, 1846: 262-275), o texto faz um balanço da imprensa periódica brasileira, enaltecendo a modernidade da infraestrutura gráfica instalada no país, além de comparar as tiragens dos jornais nacionais com os dados pertinentes a outros países.

Surpreende a lente de aumento com que o autor enxerga a expansão no público leitor dos jornais brasileiros. Inicialmente escassa, quando da nossa independência política, essa audiência foi incrementada, no correr do tempo. Diz o autor que, um quarto de século depois (1822-1846), publicávamos um total de “86 jornais em todo o império”. Comparando, ele explica que essa quantia “não se acha em desproporção com as publicadas em França”, país cuja população total é “oito vezes maior que a nossa população livre”. A tiragem da imprensa

1. Piauiense de Oeiras, Souza Martins estudou Direito na Faculdade do Recife, ingressando no judiciário, mas fez carreira na política, como deputado e governador provincial. Admitido no IHGB em 1939, publicou apenas dois trabalhos, entre eles o controverso artigo de 1846.

foi estimada em mais de “8 milhões de folhas”, o que anima o historiador a fazer um exercício projetivo, indagando: “Se porventura a difusão da instrução pública for para o futuro mais favorecida (...) não poderemos esperar que d’aqui a mais vinte anos corramos o páreo com as nações mais civilizadas do antigo continente ?”² (Souza Martins, 1846, v. 8: 262-275).

Apesar de fartamente ilustrado por dados quantitativos, o texto de Souza Martins resvala no item credibilidade, tanto pelo ufanismo especulativo quanto pela ausência de fontes documentais. Isso talvez explique o silêncio em torno da sua tese, bem como o intervalo de mais de dez anos que transcorre entre ela e a publicação do estudo seminal de Fernandes Pinheiro ora apresentado em nossa pesquisa em *Jornalismo*. Como se demonstrará adiante, o texto escrito em 1859 adota estilo sóbrio, comedido, verossímil, argumentando de acordo com os padrões peculiares ao ritual acadêmico da sua época. Tais evidências permitem situá-lo como marco da pesquisa em jornalismo no Brasil.

Nesse momento, a pesquisa jornalística contempla a imprensa como enigma a ser desvendado no bojo da sociedade. Considerada como um «problema», robustece a demanda por respostas convincentes, capazes de eliminar dúvidas de percepção, superar impasses cognitivos. Por exemplo, a controvérsia da sua introdução no território nacional, episódio que polarizou os corações e mentes, sobretudo de fluminenses e pernambucanos (Moreira de Azevedo, 1865; Nascimento Feitosa, 1867; Duarte Pereira, 1883; Pereira da Costa, 1891; Alfredo de Carvalho, 1899). Sua culminância ocorre em 1922, quando Max Fleuss publica o primeiro inventário do conhecimento acumulado sobre a imprensa no país.

A seguir, o jornalismo deixa de ser pesquisado a partir do suporte tecnológico – a imprensa – passando a ser entendido como processo sócio-político-econômico. É sintomático que seu artífice, Barbosa Lima Sobrinho, faça a exegese da transformação do jornalismo em atividade mercantil, porém ainda não se refira nominalmente ao fenômeno. Tanto assim que seu livro tem como título *O problema da imprensa* (1923).

Na verdade, o jovem jornalista, esbanjando o talento de pesquisador, procura desvendar a natureza do jornalismo enquanto mercadoria. Assinala o fim de um jornalismo ao mesmo tempo engajado e artesanal. Trata-se de uma análise reveladora do processo informativo, contemplando variáveis que extrapolam o universo historiográfico, até então hegemônico (Marques de Melo, 2008c: 301).

Esse ciclo termina com a publicação da coletânea de estudos monográficos sobre a nossa imprensa periódica do século XIX, de autoria de Hélio Viana (1945) e o clássico tratado sobre a evolução da tipografia, do livro e do jornal, na Europa e no Brasil, no qual Rizzini (1946) vislumbra as manifestações jornalísticas embrionárias da sociedade brasileira.

2. Infelizmente seu vaticínio deixou de ser confirmado, o que reforça a natureza nada científica do artigo, fundamentada mais no seu desejo do que em palpável realidade. Basta conferir quais são os índices de leitura vigentes hoje em nosso país para perceber quão otimista era o autor.

Se, inicialmente, o Jornalismo figurava como pano de fundo da cena, nesta segunda fase ele domina o foco da narrativa, conduzindo significativamente a própria ribalta. Legitimado como processo cognoscitivo, foi natural sua passagem à terceira fase, tornando-se um campo de estudos universitários.

A fundação dos primeiros cursos superiores de jornalismo em São Paulo (1947) e Rio de Janeiro (1948) constituiria fator decisivo para o crescimento da pesquisa nacional, inicialmente amparada pelas universidades e mais recentemente financiada pelas agências oficiais de fomento científico (Hohlfeldt & Strelow, 2008). O novo campo de pesquisa atinge o seu apogeu no momento em que sua identidade é reconhecida pelas sociedades científicas da grande área da Comunicação Social (Marques de Melo, 2008b), precisamente quando são criados grupos de estudos de jornalismo na Intercom (1993) e na Compós (2000).

Vivenciamos agora a quarta fase do nosso itinerário histórico, encontrando-se o Jornalismo estruturado como comunidade acadêmica nacional. Desde a fundação da SBPJOR (2003), buscamos estabelecer sintonia com a comunidade acadêmica internacional da área, além de estimular o inventário crítico da nossa trajetória. Isso pode contribuir para balizar melhor as novas tendências da pesquisa a ser empreendida pela geração que amadurece neste século XXI.

Considerando os dados recolhidos e as observações realizadas nos documentos, propomos a seguinte periodização para esquematizar a história do conhecimento jornalístico brasileiro:

a) Período de Constituição

Fase 1 – Jornalismo como tema de reflexão: 1808-1858 (Pensamento)

Fase 2 – Jornalismo como tópico de observação: 1859-1922 (Memória)

Fase 3 – Jornalismo como objeto de cognição: 1923-1946 (Pesquisa)

b) Período de Institucionalização

Fase 4 – Jornalismo como área acadêmica: 1947-1992 (Disciplina)

Fase 5 – Jornalismo como colégio invisível: 1993 (Comunidade)

O presente artigo pretende dar um passo adiante, nesse processo institucionalizador, analisando a gênese da pesquisa em jornalismo, de modo a situar os novos pesquisadores nos primórdios históricos do nosso campo. Trata-se, em verdade, de preencher uma lacuna que está na origem da periodização proposta em estudos anteriores (Marques de Melo, 1972, 1983, 2006) e de certo modo retomada em estudos mais recentes (Pena, 2005; Machado da Silva, 2008; Hohlfeldt & Strelow, 2008).

MARCO REFERENCIAL

A tese a ser demonstrada é que o marco referencial do início da pesquisa brasileira em Jornalismo foi a publicação, no dia 20 de novembro de 1859, no Rio de Janeiro, do artigo *A imprensa no Brasil*, de autoria do historiador Fernandes Pinheiro na *Revista Popular* (v. 1, n. 4: 217-224).

Esse documento representa a semente que ensejou a constituição do campo acadêmico do jornalismo. É natural que a árvore, irrigada e cultivada, só venha a dar frutos no século XX.

Trata-se de acontecimento que embute curiosamente uma contradição histórica, pois o nascimento tardio da imprensa brasileira contrasta com a precocidade da reflexão sobre a natureza peculiar ao jornalismo que ela difunde.

Ao invés de inibir os pioneiros agentes da nossa atividade jornalística, a carência de tipografias em território nacional, durante três séculos (Marques de Melo, 2003), vai aguçar o seu interesse reflexivo. Exercitando a crítica sobre o ofício, agentes da estirpe de Hipólito da Costa ou Evaristo da Veiga, transparecem a busca voraz de alternativas para compensar aquela privação intelectual (Marques de Melo, 2007: 15-40).

Aliás, a conjuntura histórica por si só justifica o comportamento dos «precursores» do pensamento jornalístico brasileiro. Ela é caracterizada pela consolidação da doutrina da liberdade de imprensa, fato desencadeado pelas revoluções burguesas, em fins do século XVIII.

Reiteramos que, não obstante Hipólito da Costa tenha se antecipado, veiculando nacionalmente o pensamento jornalístico europeu, não se pode considerar essa atividade ainda como pesquisa jornalística. Ela desencadeia a reflexão crítica sobre o fenômeno, mas não configura um processo de observação sistemática, nem tampouco de acumulação de conhecimento sobre a *praxis* noticiosa.

O estudo regular de processos dessa natureza só encontraria, fora do sistema produtivo, o ambiente fértil e as condições adequadas para prosperar.

Na Europa, seu *locus* preferencial foi a universidade, como ocorreu na Alemanha com a pesquisa seminal de Tobias Peucer, em 1690, defendida na Universidade de Leipzig (Marques de Melo, 2008b: 9).

No Brasil, os seminários eclesiásticos e os institutos históricos forneceriam espaço apropriado para tais exercícios intelectuais, como vai se dar com Frei Caneca, cujo *Tratado de Eloquência*, incluindo as *Tábuas sinóticas do sistema retórico de Fábio Quintiliano* (1821), constitui o marco desbravador da pesquisa comunicacional, tendo como pórtico o Seminário de Olinda (Marques de Melo, 2007: 15-40).

Não obstante Fernandes Pinheiro procedesse do âmbito religioso, na verdade sua atividade intelectual se desenvolve em espaço laico, no Colégio Imperial Pedro II, onde ele dá continuidade em 1857 aos estudos retóricos de Quintiliano/Caneca, publicando suas *Postilas de Retórica e Poética* (1872). Antes disso, ele teve uma emblemática oportunidade, no ambiente erudito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde é admitido em 1854 (Ribeiro, 1958: 116-125).

Sua primeira contribuição ao campo comunicacional foi ali apresentada, sob a forma de ensaio, intitulado *Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas no Brasil* (*Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856: 379-397). Nesse texto, ele faz a exegese das estratégias de comunicação educativa dos inicianos para convencer os indígenas a adotar os padrões da civilização cristã.

Contudo, o protagonismo de Fernandes Pinheiro na área de jornalismo só seria afirmado três anos depois. Apesar de ser uma intervenção isolada, no conjunto das suas atividades historiográficas, ela assume vulto inusitado, pela polêmica que veio a suscitar. Desencadeia um rico filão de estudos documentais, responsáveis pela retirada da comunicação de atualidades da lista do memorialismo saudosista, do ensaísmo especulativo ou das notas comemorativas. Gerando relatos verossímeis, capazes de subsistir à comprovação de terceiros, vai projetá-la no elenco da observação sistemática de evidências oferecidas pelas fontes primárias.

O POLÊMICO PRECURSOR

Mas, quem é o autor? Qual o seu itinerário intelectual? Por que ele suscita credibilidade?

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro³ nasceu no Rio de Janeiro, em 1825. Teve formação eclesiástica no Seminário de São José, no Rio de Janeiro, concluindo teologia em Roma. Conquista, por concurso, a cátedra de Retórica do Colégio Imperial de Petrópolis. Admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1854, foi guindado imediatamente à sua diretoria, onde desempenhou «laborioso e fecundo» trabalho até sua morte em 1876.

Exerceu também o jornalismo, tornando-se um dos principais artífices do «ensaísmo histórico». Publicou volumosa obra literária, sendo um dos pioneiros na produção de publicações didáticas que embasaram o preparo intelectual de várias gerações.

Roberto Acízelo de Souza (1999) qualifica Fernandes Pinheiro como “um homem de letras bem-sucedido: publicou vários estudos históricos e literários, além de diversos livros didáticos” (Souza, 1999: 73). Beneficiado pelo “reconhecimento” do imperador Pedro II converteu-se em “historiador oficial”, nomeado “cronista mor do império...”

3. Seu perfil biográfico foi publicado em nota de abertura do dossiê “Centenário de Fernandes Pinheiro”, publicado pela *Revista do IHGB*, vol. 240, 1958.

Segundo Joaquim Ribeiro (1958), seu principal mérito foi o de “antecipador em relação a diversos aspectos da nossa vida retrospectiva” (Ribeiro, 1958: 115).

Como era homem douto e de larga erudição, só tomava para estudos aspectos mal interpretados e obscuros de nossa historiografia. (...) Não há dúvida de que abriu caminhos para os historiadores futuros. (...) Versando temas parciais do nosso passado, (...) tornou-se, pelo mérito de suas achegas, uma das fontes fundamentais para a nossa historiografia especializada (Ribeiro, 1958: 100-101).

Trata-se de argumento endossado por Werneck Sodré (1964, 326-327):

E não era a literatura tão desinteressante, no tempo, que já não merecesse o exercício da crítica, das reconstituições históricas e biográficas... (...) Nesse sentido, não é possível desmerecer a tarefa de um Fernandes Pinheiro... (...) É digna de atenção, entretanto, a tarefa daqueles iniciadores que reuniram os dados, ordenaram a matéria, estabeleceram paralelos, discriminaram influências – tudo dentro de uma deficiência natural que os levou à parcialidade. (...) Tais trabalhos (...) são indicações precisas de um desenvolvimento literário que exigia um grande esforço dos seus raros cultores.

Mas a realidade nua e crua é que, apesar dessa projeção (ou talvez por ela mesma), a obra de Fernandes Pinheiro tem sido relegada ao esquecimento. Criticada ou refutada por intelectuais como Silvio Romero, Alfredo de Carvalho, Otto Maria Carpeaux, ela vem sendo reconhecida ou enaltecida por outros escritores de prestígio como Barbosa Lima Sobrinho, Américo Jacobina Lacombe, Wilson Martins e Nelson Werneck Sodré.

Não deixa de ser lamentável a atitude de escritores que se beneficiaram da sua obra, mas a espoliaram ou obscureceram implacavelmente. Joaquim Ribeiro entende que se trata de “fatalidade” inevitável. “Como todo precursor, não pode fugir a essa fatalidade de ser esquecido quando justamente deveria ser lembrado” (1958: 115).

ARGUMENTOS RETÓRICOS

A tese de Fernandes Pinheiro foi apresentada à intelectualidade nacional, através da *Revista Popular*, em artigo emblemático. Sua estrutura reflete claramente a familiaridade do autor com a retórica clássica (Caneca, 1875: 61-161). Contém quatro partes muito bem definidas: exórdio, narração, confirmação e peroração.

Exórdio

Iniciando o texto de maneira insinuante, o autor quer conquistar a benevolência do leitor para uma tese controversa.

D

Reconhece a importância da arte tipográfica para o desenvolvimento da sociedade, mas adverte sobre as dificuldades interpostas pelos agentes do poder. “Ninguém hoje desconhece a importância da arte tipográfica... (...) Numerosos são os trabalhos acerca da origem (...) e embaraços com que teve de lutar, suscitados pelo obscurantismo... (...)” (Fernandes Pinheiro, 1859: 217).

A seguir, prepara o espírito do leitor para a enunciação da hipótese. Focaliza a estratégia obscurantista da coroa portuguesa em relação à colônia americana, consubstanciada na eliminação da imprensa e de outros aparatos culturais.

Parece já lugar comum dos escritores brasileiros as constantes queixas sobre o abandono, em que nos deixava a metrópole, a quem ferrenha política aconselhava, que nos envolvesse nas trevas da ignorância, aplicando-nos o funesto sistema, que Juliano destinava aos nazarenos (Ibid.: 218).

Mas não deixa de evidenciar o contraste entre essa política retrógrada e a diretriz progressista que vigorou previamente no coração do império.

Foi Portugal uma das nações da Europa, que primeiro acolheu a arte tipográfica, dando-lhe entrada pelos anos de 1464 e 1465, (...) antes que a França, a Inglaterra e a Espanha gozassem desse útil invento (Ibid.: 218).

Tampouco esquece que, depois de haver cometido o erro da expulsão dos impressores hebreus, em 1497, D. Manuel redimiou-se, atraindo os impressores cristãos. E estendendo ao reino todo, inclusive às “longínquas regiões”, os benefícios da imprensa. “Levarão os jesuítas a arte tipográfica aos confins de globo (...) imprimindo seus livros de devoção, revestidos das competentes licenças das autoridades portuguesas” (Ibid.: 219).

Mas o Brasil, que se incorpora à órbita lusitana, no início do século XVI, já não usufrui tal prerrogativa. Uma reviravolta política se dá no Reino, após o desastre de Alcácer-Quibir, onde perece D. Sebastião.

...perdeu Portugal as esperanças de conservar o seu império asiático...(...) e (...) olhou para o Brasil como a última âncora de salvação, que lhe restava, procurando soldar-nos ao seu jugo por todas as cadeias do egoísmo e do monopólio (Ibid.: 219).

Narração

Concluído esse rodeio cronológico, destinado a situar o leitor menos informado no âmago da conjuntura histórica, Fernandes Pinheiro dispõe-se a responder o quesito-chave: como e quando a imprensa foi introduzida no Brasil?

Para atingir o propósito esboçado, recorre à modalidade da «narração restrita», arrolando os fatos e suas circunstâncias.

Mostra inicialmente que o Brasil se constituiu como apêndice caricatural da metrópole portuguesa, em clima repressivo, sem liberdade, sem perspectiva de desenvolvimento, portanto sem imprensa.

Possuem os déspotas admirável perspicácia (...) para anteverem num futuro próximo a emancipação política deste grandioso país. (...) Por experiência conheciam quanto podiam a imprensa, que apesar de amordaçada pela censura prévia, ainda bastante molestava-os... (Ibid.).

A seguir, explicita como esse panorama muda completamente quando os holandeses se apoderam de vasta extensão do nosso território, no século XVII, adotando uma política progressista a alentadora. “Veio porém a ocupação holandesa frustrar o plano concebido nos antros do obscurantismo e acender entre nós um foco de luz...” (Ibid.).

Enaltece o artífice dessa ruptura histórica, creditando a Nassau o mérito da introdução da imprensa no Brasil. “Nenhum Brasileiro (...) desconhece a sagacidade e tino administrativo, com que governou (...) o conde Maurício de Nassau. Pois a este benemérito varão deve a nossa pátria a introdução da imprensa” (Ibid.).

Trata-se evidentemente de narração breve, suficientemente clara e dentro do possível verossimilhante.

Para comprovar sua assertiva e convencer o leitor a assimilá-la, Fernandes Pinheiros recorre a uma estratégia perspicaz.

Estriba-se fundamentalmente no argumento de autoridade. Recorre a autores de prestígio nacional e internacional que defenderam a primazia dos métodos de colonização batava sob a égide de Nassau.

Concordes são os cronistas e historiadores em confessar que, grandes melhoramentos de todo o governo recebeu Pernambuco na sua gerência. (...) o Sr. Varnhagen, cuja autoridade folgamos sempre de citar (...) louva-o pelo seu sincero amor às letras... (...) Referem Barleus e Netscher, que fundava ele bibliotecas e museus (Ibid.: 220).

Mas, a respeito da introdução da imprensa, o autor é cautelosamente sagaz. Reconhece que Varnhagen, a fonte mais autorizada, não inclui a imprensa “entre os benefícios da sábia administração de Nassau”. Em compensação, endossa a suposição de Carlos de Laet sobre a sua existência.

Laet dá a entender, que alguma gazeta ou pasquim se publicava, quando fala das intrigas e calúnias, que espalhavam pela imprensa os inimigos do Conde, que se viu obrigado a cohibí-las, impondo silêncio aos seus infames detratores. Ora, não podia Nassau fazê-lo se fossem esses escritos publicados na Holanda, onde

D

nenhum domínio tinha, gozando-se ali da mais ampla liberdade de imprensa (...) é pois indubitável que eram eles estampados em Pernambuco (Ibid.).

Tendo consciência de que tal argumentação era inevitavelmente ambígua, o autor apresenta a «prova» documental que confirmava o funcionamento da imprensa no Brasil holandês. Trata-se do opúsculo *Brasilsche Gelt-Sack*, que ostentava no expediente sua impressão na cidade do Recife. Esse documento fazia parte do acervo da Biblioteca Fluminense, onde foi compulsado por Fernandes Pinheiros.

Ancorado nesse artifício historiográfico, o autor não hesita em concluir enfaticamente:

É pois evidente que os holandeses introduziram a imprensa nas nossas províncias do norte, sentindo não podermos marcar com exatidão a época, em que tão grande sucesso teve lugar: crendo todavia pode-lo colocar entre os anos de 1637 a 1638, isto é, durante o primeiro período do governo de Nassau, consagrado à obra de reparação dos males inerentes à conquista... (Ibid.: 221).

Peroração

Fernandes Pinheiro encerra o seu artigo proclamando a interrupção das atividades tipográficas no Brasil, com a retirada dos holandeses. “Expulsos os holandeses, (...) desapareceu a imprensa dentre nós...” (Ibid.)

Nessa conclusão ele reitera a tese do obscurantismo praticado pelo governo colonial português. “... a imprensa (...) não convinha ela aos planos (...) da metrópole, e aos quais volveu com notável ingratidão. (...) Desdobrou-se um século, antes que visse a nossa pátria uma oficina tipográfica”.

Arrematando sua contribuição à história da mídia no Brasil, o autor faz um balanço do desenvolvimento da tipografia, durante e depois da era joanina, bem como do alvorecer da imprensa periódica, na fase pós-independência.

Força foi esperar que melhores dias raiassem no horizonte brasílico, e que de uma vez cessasse o suspeitoso temor que nutria Portugal contra o desenvolvimento moral da sua colônia americana. (...) Marca a chegada do rei Dom João VI a verdadeira época da nossa emancipação política. (...) Do letargo em que jazia o espírito público veio despertar o movimento constitucional de 1820, e grande número de jornais apareceram cheios de entusiasmo e de inexperiência (Ibid.: 222-223).

Referindo-se explicitamente à “arena jornalística”, Fernandes Pinheiro situa o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro na “vanguarda do jornalismo”, lembrando que ele era considerado então como o “*Times Brasileiro*”.

Sintomático da postura intelectual do autor e consentânea com o exercício da pesquisa acadêmica é a atitude assumida perante o objeto. Ele se esquivava de analisar o estágio da imprensa brasileira naquela conjuntura – metade do século XIX –, colocando-se como mera “testemunha” dos “tempos contemporâneos”.

Mesmo assim, reconhece que o país tem usufruído os benefícios de uma “imprensa científica, literária e até política” contrastante com o “demasiado frenesi de outrora”. E não perde a fleuma, dizendo que essa imprensa adota uma linha de “moderação e dignidade”, a deduzir pela modernidade com que debate os problemas nacionais.

CONTESTAÇÃO ORGÂNICA

A publicação do explosivo artigo de Fernandes Pinheiro ocorreu numa conjuntura propícia à exacerbação dos ânimos da nossa sociedade. Por um lado, inflama-se o orgulho da intelectualidade pela restauração “como a gesta de determinados grupos ou camadas sociais”, forjando a nacionalidade brasileira. Por outro lado, ampliava-se a nostalgia do Brasil holandês, cultivada pelo imaginário popular, que representava esse período “com as cores do maravilhoso e até do sobrenatural” (Cabral de Mello, 1997: 34).

No ano seguinte (1860) o autor fluminense apimentou a controvérsia. Publicando o estudo intitulado *Brasil Holandês*, onde “não disfarça seu entusiasmo pela obra de Nassau” (Cabral de Mello, 1997: 375).

Para neutralizar esse “revisionismo histórico pró-holandês”, a aristocracia pernambucana funda em 1862 o IAGP – Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano – idealizado como “vigilante guardião” da memória nativista pro-lusitana.

Isso não impediu que, mais tarde, Pereira da Costa, em seu discurso de posse no IAGP (1876) endossasse a “nostalgia batava”, demonstrando indignação com o desenlace da restauração pernambucana. Seu argumento era o de que ela significara o retorno ao obscurantismo lusitano responsável pelo nosso atraso material e opressão cultural.

Tamanha heterodoxia irritou o historiador Maximiano Gomes Machado, que refutou *incontinenti* a tese de Pereira da Costa. Nessa esgrima verbal, foi retomada a heresia de Fernandes Pinheiro sobre a imprensa batava, negada também por Alípio Augusto Ferreira. Duvidando que os holandeses tivessem introduzido a imprensa no Brasil, esses patriotas pernambucanos desfiaram o sodalício a provar o caráter apócrifo do *Brasilsche Gelt-Sack*. Contestando a única evidência apresentada pelos simpatizantes da colonização batava, eles desejavam terminar a contenda.

D

Nasceu em tal contexto a Missão José Higinio Duarte Pereira (1885-1886), cujo resultado passou a ser considerado como marco histórico do “estudo científico do período neerlandês” (Cabral de Mello, 1997: 396).

José Honório Rodrigues (1969a: 80) compõe uma síntese elucidativa dessa embaixada historiográfica.

José Higinio partiu para a Holanda nos princípios de 1885 e em Haia permaneceu até princípios de 1886. Sua investigação concentrou-se no Arquivo Real de Haia, onde pode examinar e fazer copiar todo o Arquivo da Zeelândia, que só dera entrada no Arquivo Real depois de 1856... (...) A pesquisa de José Higinio teve realmente um resultado extraordinário... (...) não se limitou à cópia exaustiva de uma espécie de fonte inédita. Ele reuniu folhetos e retratos, examinou vários arquivos e traduziu documentos e livros. (...) José Higinio era o homem indicado para uma tarefa dessa natureza. Sabia pesquisar, tinha informação bibliográfica, conhecia as coleções de manuscritos já trazidas ao Brasil e era capaz de ler o holandês.

A propósito do “excelente relatório que apresentou quando da volta de sua missão” (José Higinio), José Antonio Gonsalves de Mello (1979: 22) faz pormenorizado relato, mencionando também a missão complementar desenvolvida por Alfredo de Carvalho, que terminou o trabalho iniciado pelo seu parceiro no IAGP. Tanto Pereira quanto Carvalho publicam artigos na *Revista do IAGP*, descrevendo suas observações e anotando suas conclusões.

Ao traduzir o documento que constituía peça-chave de Fernandes Pinheiro, em sua argumentação, Duarte Pereira (1883: 121-124) já advertira publicamente seus contemporâneos, sintetizando as hipóteses da pesquisa documental que projetava desenvolver nos Arquivos da Índias Ocidentais:

- 1) “O *Brasilsche Gelt-Sack* é (...) panfleto ou libelo difamatório contra os diretores da Companhia das Índias Ocidentais...”.
- 2) “É este, que saibamos, o único testemunho de um escrito contemporâneo do domínio holandês acerca da introdução da imprensa no Recife. Este testemunho isolado, porém, se encontra em um panfleto anônimo, ditado provavelmente pela malevolência, e por isso destituído de autoridade para destruir a prova em contrário que resulta do silêncio de todos os escritores coevos”.
- 3) “Se se tivesse introduzido a imprensa na capital do Brasil holandês durante os oito anos do governo de Nassau, é extraordinário que o seu panegirista Barleus não comemorasse um fato tão honroso para este príncipe amigo das artes e das letras”.

Diante do relatório preliminar de Duarte Pereira, quem recua da posição sobre a mítica tipografia holandesa é Pereira da Costa (1891: 25), embora não renuncie ao comportamento ufanista, para não rotular como paroqueial.

Desfeita pela luz da crítica a suposição da existência da imprensa em Pernambuco no tempo do Brasil holandês, em meados do século XVII, mesmo assim, cabe ainda a Pernambuco a prioridade da posse da tipografia no Brasil. Efetivamente, em 1706, ou pouco antes, (...) estabeleceu-se uma tipografia no Recife...

Coube, porém, a Alfredo de Carvalho (1899: 711-716) deslindar inteiramente a controvérsia sobre a existência de tipografias no Brasil, antes, durante e depois da ocupação holandesa:

De todos os países americanos foi o Brasil o último em que ocorreu o estabelecimento definitivo da arte tipográfica (...).

Todavia urge confessar que, não obstante se conjugarem circunstâncias tão propícias à introdução da arte tipográfica no Brasil, e especialmente em Pernambuco, nos fins do século XVI ou começo do XVII, nenhuma prova material da sua existência, única capaz de produzir a demonstração cabal de semelhante enunciado, foi até hoje encontrada.

Além de não ser conhecido um só impresso a que se possa atribuir tal procedência, o completo silêncio dos documentos coevos e de todos os cronistas sobre um fato que dificilmente passaria ignorado, contribui para ainda mais invalidar semelhante suposição (...).

... a conjuntura, porém, fora tão propícia que entre os cultores da história pátria persistiu por longo tempo uma vaga tradição da existência de uma tipografia em Pernambuco no tempo do domínio holandês.

O Cônego Dr. Fernandes Pinheiro vulgarizou amplamente esta memória, para confirmação da qual o Dr. Mello Moraes alegou provas aparentemente irrefragáveis (...).

... ao dr. José Higino estava, porém, reservado nos dar na brilhante notícia que antepôs à sua tradução do célebre panfleto, a elucidação deste importante problema bibliográfico (...).

Com o que fica exposto cremos haver encerrado o debate sobre tão disputada questão do estabelecimento da imprensa em Pernambuco pelos holandeses, tendo provado que foi realmente tentado, mas não chegou a se realizar.

DEFASAGEM COGNITIVA

Entre a publicação do artigo de Fernandes Pinheiro (1859) e a divulgação do artigo de Alfredo de Carvalho (1899) transcorreram 40 anos. Uma pá de cal sepultava a controvérsia sobre a primazia batava na introdução da imprensa em território nacional. O que explica tamanha durabilidade de uma tese inconsistente?

Três fatores podem explicar a situação: a) divulgação estratégica; b) argumento de autoridade; c) aceitação popular. Vamos revisar sumariamente cada uma dessas razões convergentes.

Divulgação estratégica

A aceitação, a popularidade e a permanência da explicação dada por Fernandes Pinheiro para o nosso atraso no campo tipográfico devem-se em grande parte à natureza do veículo escolhido para a sua divulgação.

Ao invés de recorrer ao canal apropriado para se comunicar com a elite intelectual – a revista do IHGB – ele preferiu a *Revista Popular*, de circulação mais ampla, lida pela vanguarda formadora da opinião pública nacional.

Werneck Sodré explica que, sendo “editada pelo Garnier”, era “uma das publicações mais conceituadas do seu tempo” (1966: 221). E reforça o conceito de que desfrutava o editor. “Garnier foi o grande editor da segunda metade do século XIX. A casa enobrecia os autores que lançava. Ser editado por ele era uma consagração” (Werneck Sodré, 1966: 238).

Wilson Martins (1977: 111-112) esclarece que a

Revista Popular era um jornal ilustrado da Editora Garnier, circulando a 5 e 20 de cada mês. Publicaram-se 16 volumes até 1862, quando se transformou no não menos famoso *Jornal das Famílias*. (...) Foi na *Revista Popular* que Joaquim Nabuco publicou os capítulos esparsos de sua projetada *História da Literatura Brasileira*.

Arrematando, enfatiza o peso dessa publicação junto à elite brasileira. “A *Revista Popular* é, a esta altura, o centro dinâmico na renovação das idéias literárias...” (Ibid.: 114).

Percebe-se que o autor da tese «acertou na mosca» ao publicar versão, que ele sabia de antemão, causaria celeuma nos círculos pensantes do país.

Argumento de autoridade

Embora jovem, ele tinha consciência do seu prestígio intelectual, bem como da importância granjeada pelas instituições que o respaldavam intelectualmente. Tratava-se, portanto, de fonte duplamente autorizada.

Fernandes Pinheiro destaca-se no panorama intelectual da época, conquistando por concurso a cátedra de Retórica do Colégio Imperial de Petrópolis. Mas seu fórum legitimador, dentro do círculo erudito nacional, foi sem dúvida o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁴.

Werneck Sodré (1966: 211) resume cristalinamente o poder simbólico adquirido pelos intelectuais que frequentavam o entorno áulico de D. Pedro II, cujos participantes

4. Fonte: Dossiê Centenário de Fernandes Pinheiro, publicado pela *Revista do IHGB*, vol. 240, 1958,

... conheciam-se, relacionavam-se, encontravam-se no Instituto Histórico, na casa de Paula Brito, ou na «Patológica» no Largo do Rocio. Isso não acontecia apenas na Corte, mas também nas províncias, desde que (...) começara a dominar a modorra imperial.

Aceitação popular

Como jornalista que também exerceu o ofício com regularidade, tendo atuado em diversas publicações cariocas, Fernandes Pinheiro tinha sensibilidade para detectar quando e quais temas despertavam interesse popular.

Naquela conjuntura, era muito comum a eclosão de denúncias na imprensa. Daí a ilação que estabelece Wilson Martins (1977: 315) com a sua prática jornalística “Denúncias (...) continuavam a ser freqüentes e numerosas... (...) Deliberado ou não, foi esse o efeito despertado pelo aparecimento de um estudo do Cônego Fernandes Pinheiro sobre os Padres do Patrocínio...”.

Aliás, sua estreia no cenário intelectual se dá com a denúncia dos desvios existentes na pedagogia dos jesuítas (1856). Em seguida, vem a denúncia das mazelas da colonização lusitana e a apologética da administração batava, destacando a introdução da imprensa (1859). Logo depois, o protesto contra a “severidade” do julgamento histórico de Calabar, tendo em vista sua “condição mestiça” (1860). E finalmente sua diatribe em relação ao capitão-general Rego Barros, cuja reabilitação reivindicava ostensivamente.

Fernandes Pinheiro certamente estava atento àquela dissonância em relação ao domínio holandês, antagonizando a “memória estamental” à “imaginação popular” brasileira. Enquanto a primeira “celebra a restauração”, a segunda transparece a nostalgia que Alfredo de Carvalho diz estar associada à “idéia dum raça antiquíssima, fabulosamente rica, dotada de prodigioso engenho e capaz de realizar obras colossais” (Cabral de Mello, 1997: 35).

Manuel Correia de Andrade (2001: 41) explica didaticamente o contexto dessa dissonância.

Em Pernambuco há uma idéia de que os holandeses possuíam um grau de adiantamento bem mais elevado do que os portugueses, daí os grandes monumentos aqui construídos. Essa idéia fora, com certeza, o resultado da atuação de Maurício de Nassau, quando governador do Brasil holandês, com sua competência e tolerância, e a tendência dos pernambucanos de identificarem Nassau com o domínio holandês. Após a expulsão dos batavos, as lutas entre pernambucanos e lusitanos fizeram com que muitos idealizassem o domínio holandês, imaginando que se tivéssemos ficado sob a tutela dos flamengos teríamos tido um maior desenvolvimento, um melhor destino.

Reforçando essa dimensão mítica, Gilberto Freyre (1979: 17) faz um paralelismo entre o imaginário brasileiro e o português.

O tempo dos flamengos continua igual na imaginação do nosso povo ao tempo dos mouros na imaginação dos portugueses. À lenda holandesa no Brasil, não falta sequer o equivalente das mouras encantadas: a lenda da alamoia.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A pesquisa sobre os fenômenos jornalísticos no Brasil remonta à segunda metade do século XIX, pois as condições singulares do período histórico que vai de D. João VI a D. Pedro I foram marcadas por restrições legais, cerceando a liberdade de imprensa. Inibindo o desenvolvimento do nosso jornalismo, elas atuaram como fatores adversos à pesquisa sistemática desse fenômeno que só encontraria ambiente fértil no Segundo Reinado.

Mas é sem dúvida durante este último (1840-1889) que a imprensa vive seu melhor período de liberdade, garantido pela sabedoria de Pedro II. Em meio a esse ambiente de conciliação das elites nacionais, os Institutos Históricos começam a resgatar precocemente a trajetória do nosso jornalismo. E despertam polêmicas que conquistariam os corações e mentes dos nossos intelectuais, ao “enaltecer o pioneirismo dos holandeses na introdução da imprensa em terras brasileiras, contrastando com o atraso dos portugueses, que a proibem e reprimem” (Marques de Melo, 2003b).

Sem desqualificar sua significação histórica, o episódio protagonizado por Fernandes Pinheiro constitui capítulo antecipador da pesquisa brasileira em jornalismo.

A «preocupação inicial» do desbravador fluminense e dos seus continuadores imediatos «não está centrada nos processos noticiosos, porém nos seus meios de difusão, mais precisamente na tecnologia de impressão de livros, jornais e revistas» (Marques de Melo, 1999: 49-74).

A tese de Fernandes Pinheiro sustentava-se na única evidência documental existente: o folheto *Brasilsche Gelt-Sack*, datado de 1645 e supostamente publicado no Recife.

Os historiadores pernambucanos deixaram de lado as especulações e foram buscar evidências empíricas capazes de refutar sua autenticidade, negando aquilo que eles entendiam como mera «hipótese» investigativa.

Suas “pesquisas se concentraram em arquivos brasileiros e holandeses, produzindo resultados que negariam a hipótese dominante”. A conclusão aceita consensualmente pela comunidade historiográfica foi a seguinte:

“A iniciativa de Nassau não fora consumada, por razões fortuitas, e os impressos supostamente recifenses haviam sido reproduzidos em gráficas européias” (Marques de Melo, 2003b).

De qualquer maneira, a polêmica suscitada na segunda metade do século XIX, cuja faísca foi o artigo controverso de 1859, impulsionou os historiadores a reconstituir a história da nossa imprensa, motivados pelas efemérides nacionais de 1908, “começando pelo duplo centenário: a criação da Imprensa Régia e o lançamento do nosso primeiro jornal independente, o *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa” (Marques de Melo, 2008a).

Parceiro de Alfredo de Carvalho no inventário do primeiro século da imprensa brasileira (1808-1908), Max Fleiuss produziu, no Rio de Janeiro, “um dos primeiros *state of art* da pesquisa histórica sobre jornalismo, cujo texto aparece em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência” (Marques de Melo, 2008a).

Rigorosamente, contudo, “tais estudos ainda não enfocam o jornalismo como objeto definido”, tratando da “imprensa e dos seus produtos”, e só marginalmente focalizando “os processos sócio-políticos que dão fisionomia peculiar à comunicação de atualidades” (Marques de Melo, 2006).

O divisor d’águas é sem dúvida o estudo paradigmático de Barbosa Lima Sobrinho, o jornalista que ocuparia espaço memorável na vanguarda da comunidade jornalística brasileira, ao longo do século XX. Ele desenha um perfil do desenvolvimento do jornalismo na sociedade industrial e dos impasses enfrentados no Brasil, valendo-se da experiência profissional como jornalista e da metodologia de análise aprendida no âmbito da ciência jurídica, sem deixar de recorrer também à ciência histórica.

Situado na fronteira do Jornalismo com o Direito, a História e a Economia, aparentemente é um trabalho interdisciplinar. Mas sua leitura atenta vai demonstrar que o autor buscou entender o “problema da imprensa” com a “tenacidade do jornalista que obtém realizar estudos seriados em meio de uma vida dispersiva” (Barbosa Lima Sobrinho, 1923: VII).

Seu exemplo só seria emulado meio século depois, quando Carlos Rizzini, cujo perfil intelectual assemelha-se ao de Barbosa Lima Sobrinho, publica seu magnífico inventário histórico sobre o livro, o jornal e a tipografia no Brasil, produzido com o tirocínio do repórter e experimentando estratégias metodológicas “iluminadas pela prática profissional” (Dias, 2004: 12).

Rizzini atua, na verdade, como ponte de interligação do trabalho desbravador de Fernandes Pinheiro com os estudos fundadores do campo acadêmico do jornalismo, cuja iniciativa caberia a Danton Jobim (1960) e Luiz Beltrão (1960). Pertencentes à geração dos jornalistas-professores, a ela Rizzini se integrara

de corpo inteiro, lecionando no curso de jornalismo da antiga Universidade do Brasil e dirigindo a Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo.

Contestando a hipótese de “submersão no embrutecimento” (Dias, 2004: 15) e glosando outras assertivas de Fernandes Pinheiro, Rizzini em certo sentido legitimou o trabalho exploratório desse historiador fluminense, cuja atuação no campo comunicacional, particularmente jornalístico, mereceu estimulante incursão por parte do seu biógrafo, Paulo da Rocha Dias (2004). Suas anotações factuais e percepções críticas convidam outros pesquisadores a dar respostas a questões que permanecem desafiando os exegetas da historiografia midiática.

Desta maneira, na véspera do seu bicentenário de nascimento (2025), far-se-á justiça a esse intelectual prolífico, que ousou explorar caminhos desconhecidos, mesmo correndo o risco de negação das suas hipóteses investigativas, como se deu no caso da imprensa. Não fora sua impetuosidade e talvez ainda hoje a mítica tipografia holandesa permanecesse fascinando as novas gerações, a exemplo de tantos outros episódios que intrigam os estudiosos da área. ■

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia (2001). *Pereira da Costa, o homem e a obra*. Recife: CEPE.
- BAHIA, Juarez (1964). *Jornal, História e Técnica*. Rio de Janeiro: MEC.
- BARBOSA, Marialva (2000). *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura.
- _____. (2008). *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José (1923). *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor.
- BARROS, José d'Assunção (2008). *O campo da História*. Petrópolis: Vozes.
- BELTRÃO, Luiz (1960). *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir.
- BURKE, Peter (2003). *Uma História Social do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1992). *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP.
- CABRAL DE MELLO, Evaldo (1997). *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2. ed.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino (1875). Tratado de eloquência. In: *Obras Políticas e Literárias*, tomo I. Recife: Typographia Mercantil.
- CARVALHO, Alfredo (1899). Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos Holandeses. *Revista do IAHP*. Recife: n. 52.

- DIAS, Paulo da Rocha (2004). *O amigo do Rei – Carlos Rizzini, Chato e os Diários Associados*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- DIEHL, Astor Antonio (1998). *A cultura historiográfica brasileira*. Passo Fundo: Ediupf.
- DUARTE PEREIRA, José Higino (1883). Advertência. *Revista do IAHGP*, Recife: n.28.
- DUVERGER, Maurice (1962). *Métodos de las Ciencias Sociales*. Barcelona: Ariel.
- FLEUISS, Max (1922). A imprensa no Brasil. In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- FERNANDES PINHEIRO, Joaquim Caetano (1859). A imprensa no Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4.
- FREYRE, Gilberto (1979). Prefácio. In: Gonsalves de Melo, José Antonio – *Tempo de flamengos*. Recife: BNB, 2. ed.
- GONSALVES DE MELO, José Antonio (1979) *Tempo de flamengos*. Recife: BNB, 2. ed.
- HOHLFELDT, Antonio & STRELOW (2008). Métodos de Pesquisa em Jornalismo. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). – *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia*. Porto: Edições UFP.
- IPANEMA, Marcello e Cybelle de (1967). *História da Comunicação*. Brasília: UnB.
- KUNCZIK, Michael (1997). *Conceitos de Jornalismo*, São Paulo: Edusp.
- LIPPMAN, Walter (1922). *Public Opinion*. New York. Tradução brasileira de Jacques Weinberg: *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARQUES DE MELO, José (2008 a). *História política das ciências da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad.
- _____ (2008b). *O campo da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2008c). A teorização do Jornalismo no Brasil: das origens à atualidade. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia*. Porto: Edições UFP.
- _____ (2007). Pensamento Jornalístico, a moderna tradição brasileira. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom (30-2).
- _____ (2006). *Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus.
- _____ (2003 a). *História Social da Imprensa*. Porto Alegre: Edipucrs.
- _____ (2003b). *História do Pensamento Comunicacional*. São Paulo: Paulus.
- _____ (2003c) *Midiologia Brasileira: o resgate das fontes paradigmáticas*. In: LOPES, Maria Immacolata V. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola.
- _____ (1999). A constituição da comunidade acadêmica brasileira no campo das ciências da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata (Org.). *Vinte anos de Ciências da Comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom.
- MARTINS, Wilson (1977). *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix (v. III, 1855-1877).
- MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro (2003). *Palavra, Imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A.

D

Práxis, memória e cognição no jornalismo

- PENA, Felipe (2008). A teorização do jornalismo no Brasil – após 1950. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia*. Porto: Edições UFP.
- _____. (2005). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- PEREIRA DA COSTA, A. F. (1891). Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. *Revista do IAHGP*. Recife: n. 39.
- RIBEIRO, Joaquim (1958). As antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro. *Revista do IHGB*: Rio de Janeiro. vol. 240.
- RIZZINI, Carlos (1946). *O livro, o jornal e tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos.
- _____. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Nacional.
- RODRIGUES, José Honório (1985). *História Viva*. São Paulo: Global.
- _____. (1969 a). *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional.
- _____. (1969b). *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- _____. (1966). *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUZA, Roberto Acízelo de (1999). *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- SOUZA MARTINS, Francisco (1846). Progressos do Jornalismo Brasileiro, *Revista do IHGB*: Rio de Janeiro, vol. 8.
- VIANNA, Helio (1945). *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- WEBER, Max (1924). *Gesammelle Aufsätze zur Sociologie und Socialpolitik*. Tübingen, Verlag com J. C. Mohr (Paul Siebeck) – obra que reproduz sua alocução no Primeiro Congresso Alemão de Sociologia (Frankfurt: 1910), disponível para consulta em espanhol na *Revista Española de Investigaciones Sociológicas – REIS*, n.57.
- WERNECK SODRÉ, Nelson (1964). *História da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4. ed.
- _____. (1966). *História da Imprensa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1. ed.

Artigo recebido em 3 de fevereiro e aprovado em 5 de março de 2009.

